

José Leite dos Santos Neto

**REGIMES
TRIBUTÁRIOS
ESPECIAIS E
PROPORCIONALIDADE**

A QUESTÃO DAS SANÇÕES POLÍTICAS

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2020

Copyright © 2020 by José Leite dos Santos Neto

Categoria: Direito Financeiro e Tributário

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Renata Chagas

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

S237r

Santos Neto, José Leite dos

Regimes tributários especiais e proporcionalidade : a questão das sanções
políticas / José Leite dos Santos Neto. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2020.
178 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 153-163
Inclui anexos.

ISBN 978-65-5510-340-3

1. Sanções tributárias - Brasil. 2. Tributos. 3. Proporcionalidade.
4. Contribuintes (Direito tributário) - Brasil. 5. Regime tributário. I. Título.

CDD 343

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Prefácio	1
Apresentação	5
Introdução	7
Capítulo 1 Uma Ideia de Estado Fiscal e Seus Vetores	
Hermenêuticos	11
1.1 Uma hermenêutica da justiça fiscal em John Rawls: o equilíbrio reflexivo de interesses conflitantes	11
1.2 O Estado Fiscal: preço da liberdade, dimensão da propriedade e equilíbrio na tributação	19
1.3 O dever fundamental de pagar tributos como consectário do Estado Fiscal.....	34
1.4 Hermenêutica constitucional e o método tópico-problemático para uma nova abordagem das sanções políticas.....	46
1.5 Os vetores hermenêuticos para “uma” solução proporcional da problemática	52
Capítulo 2 O Princípio da Proporcionalidade e as Sanções	
Político-Tributárias	55
2.1 Do histórico e do direito comparado.....	58
2.2 O Devido Processo Legal como fundamento da Proporcionalidade	62
2.3 Valores, princípios e proporcionalidade.....	67
2.4 Proporcionalidade como vedação de excesso e de proteção deficiente	73
2.5 A proporcionalidade à luz de Robert Alexy.....	78
2.6 Sanções político-tributárias na jurisprudência do STF	84
2.6.1 Simples Nacional.....	88

2.6.2 Protesto de CDA.....	89
2.6.3 Inscrição no CADIN	90
2.6.4 AC nº 1657 e RE 550769 (O caso American Virginia).....	91
2.6.5 ADI nº 3.952 e o questionamento do regime especial de cigarros	95
Capítulo 3 Art. 146-A da Constituição: os Regimes Especiais de Tributação, Fiscalização e Cobrança e as Sanções Políticas	97
3.1 Interseções entre o direito tributário e a economia	100
3.2 A Hermenêutica constitucional e suas ferramentas para o problema do art. 146-A da Constituição como norma pendente de regulamentação.....	104
3.2.1 Da livre concorrência, neutralidade tributária e isonomia e o art. 146 da Constituição	108
3.2.2 O art. 146-A consiste em norma declarativa.....	109
3.2.3 O art. 146-A como norma de competência legislativa.....	110
3.2.4 Art. 146-A versus §4º do art. 173 (Lei do CADE). Distinções.....	112
3.2.5 O art.146-A como vetor axiológico.....	115
3.3 A regulamentação do art. 146-A da Constituição: os regimes especiais de tributação, fiscalização e cobrança.....	117
3.4 Proporcionalidade e razoabilidade na aplicação do art. 146-A.....	129
3.5 Das conclusões parciais	134
Conclusão	137
Referências	153
Anexos	165